

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 017/2026**

**OBJETO**

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Inês/MA

• **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 9.107.545,82 (Nove milhões, cento e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**DIA 13 DE MAIO DE 2026 ÀS 10H:00MIN NO HORÁRIO DE BRASÍLIA**

• **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
menor preço por item

• **MODO DE DISPUTA:**  
aberto

• **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
SIM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS/ MA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22646/2026**

Torna-se público que o(a) **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS**, por meio do(a) Secretária Municipal de Saúde, Localizada na Tv. Dom Pedro II, **Centro, Santa Inês - MA**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Inês/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia  
Avenida Luiz Muniz, 1005 - Centro - Santa Inês - MA  
CEP 65300-115 / CNPJ 06.198.949/0001-24

produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.  
Avenida Luiz Muniz, 1005 - Centro - Santa Inês - MA  
CEP 65300-115 / CNPJ 06.198.949/0001-24



3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir

Avenida Luiz Muniz, 1005 - Centro - Santa Inês - MA  
CEP 65300-115 / CNPJ 06.198.949/0001-24

do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. O valor final mínimo na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado/União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.  
Avenida Luiz Muniz, 1005 - Centro - Santa Inês - MA  
CEP 65300-115 / CNPJ 06.198.949/0001-24



- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores es, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por qualquer outro meio admitido por direito.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. A regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8.18. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.18.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.18.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se



localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.18.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.18.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.18.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.18.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.18.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações;

## 8.19. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.19.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.19.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19.6. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



8.19.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual e Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **8.20. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

8.20.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade;

8.20.2. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, termo de abertura e encerramento acompanhado com livro já exigíveis e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.20.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.20.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.20.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.20.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.20.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

## **8.21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.21.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.21.2. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior;

8.21.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

8.21.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega;

8.21.5. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

8.21.6. A Prefeitura Municipal de Santa Inês - MA se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

8.21.7. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.22. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

8.22.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

8.22.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor;

8.22.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio;

8.22.4. Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.22.5. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

8.22.6. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;

8.22.7. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos;

8.22.8. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Avenida Luiz Muniz, 1095 - Centro - Santa Inês, MA  
CEP 65300-115 / CNPJ 06.198.949/0001-24



10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.santaines.ma.gov.br/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município/Estado/União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: [cplsantaines@gmail.com](mailto:cplsantaines@gmail.com), por petição dirigida ou protocolada no endereço: **Av. Luiz Muniz nº 1005, Centro, Santa Inês – MA.**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.santaines.ma.gov.br/> .

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12. ANEXO I - Termo de Referência

14.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Santa Inês - MA, 23 de abril de 2026.

---

**ANA VALÉRIA SANTOS ARAÚJO**  
Secretária Municipal de Saúde



## TERMO DE REFERÊNCIA

<b>Processo Administrativo Nº:</b> 22646/2026	<b>Data de Elaboração:</b> 15/04/2026
<b>Objeto:</b> Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Inês/MA.	<b>Unidade Destinatária:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Modalidade Sugerida:</b> PREGÃO ELETRÔNICO	<b>Tipo de Objeto:</b> Material
<b>Setor Requisitante:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Prioridade:</b> Alta

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Inês/MA.

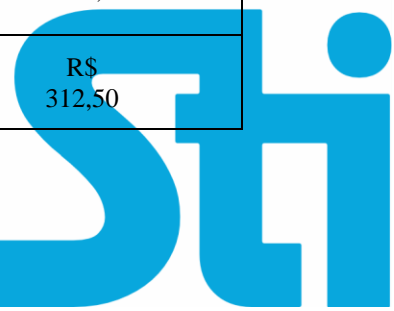
Item	Nome	Unidade	Quantidade	Preço Estimado Calculado
1	ASPIRADOR CIRURGICO EVOLUTION 1000 10 LITROS COM PEDESTAL	Unidades	10	R\$ 11.849,09
2	Andador alumínio com rodas articulada, regulável 3 barras	Unidades	10	R\$ 270,31
3	BISTURÍ ELETRÔNICO BP 400 PLUS EMAI TRANSMAL COMPLETO	Unidades	10	R\$ 35.754,52
4	CADEIRA DE COLETA-Cadeira para coleta de sangue com assento e encosto estofados na cor azul Royal, espessura mínima de 4cm	Unidades	60	R\$ 1.085,04
5	DISPENSER PARA ALCOOL GEL /SABONETE LÍQUIDO OU ESPUMA EM ABS DIPENSER - Sabonete Liquido	Unidades	200	R\$ 96,78
6	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO EM ABS Dispensador de papel interfoliado, fabricado em plástico de alto impacto e reciclável	Unidades	200	R\$ 64,07
7	ADIPOMETRO- Instrumento utilizado para medição de gordura localizada e/ou avaliação da composição corporal (cálculo do índice de gordura corporal)	Unidades	40	R\$ 125,07
8	ARMÁRIO VITRINE-Armário vitrine com 01 porta, fechadura, estrutura em aço pintado na cor	Unidades	60	R\$ 1.224,20

	branca, com 03 prateleiras de vidro fumê. 150 x 50 x 40cm (A x L x P)			
9	ASPIRADOR PORTÁTIL (ASPIRADOR DE SECREÇÃO E FLUÍDOS)	Unidades	60	R\$ 740,32
10	ASPIRADORES CIRURGICOS EVOLUTION 1000 10 LITROS COM PEDESTAL	Unidades	10	R\$ 11.849,09
11	BALANÇA ADULTO-Balança para adulto digital, com escala antropométrica de 95 a 190 cm em chapa de ferro, capacidade de 200 kg	Unidades	100	R\$ 1.453,06
12	BALANÇA INFANTIL-Balança pediátrica, eletrônica, capacidade para 15Kg, frações de 5g, concha anatômica para acomodar o bebê, 220 volts.	Unidades	80	R\$ 1.007,78
13	BALANÇA PARA OBESO-Balança para adulto digital, capacidade de 300Kg	Unidades	80	R\$ 2.037,21
14	BALANÇA PORTÁTIL -Balança portátil digital com capacidade de 150Kg	Unidades	100	R\$ 1.092,25
15	BANCO GIRATÓRIO-Banco giratório em aço inoxidável, com quatro pés de tubos 7/8 redondos, altura regulável (mínima 47cm e máxima 61cm)	Unidades	100	R\$ 893,42
16	CADEIRA CAIXA ALTA EXECUTIVA, PORTARIA E RECEPÇÃO, GIRATÓRIA, ECOSTO FIXO, SEM BRAÇOS	Unidades	100	R\$ 538,67
17	CADEIRA CAIXA ALTA EXECUTIVA, PORTARIA E RECEPÇÃO, GIRATÓRIA, ECOSTO FIXO, COM BRAÇOS	Unidades	100	R\$ 798,41
18	BIOMBO DIVISÓRIA HOSPITALAR TRIPLO ESMALTADO LONA PLÁSTICA	Unidades	100	R\$ 566,00
19	BISTURÍS ELETRÔNICOS BP 400 PLUS EMAI TRANSMAL COMPLETO	Unidades	20	R\$ 35.883,39
20	Braçadeira para injeção endovenosa, coluna inferior em tubo redondo pintado na cor branca, altura regulável mínima de 0,85 e máxima de 1,25m	Unidades	80	R\$ 425,54
21	Cadeira de rodas com estrutura rígida em aço pulverizado, com capacidade para 220 kg,	Unidades	200	R\$ 1.524,85
22	Cadeira de banho higiênico aço 100 kg	Unidades	150	R\$ 421,21
23	Cadeira para coleta de sangue com assento e encosto estofados na cor azul royal, espessura mínima de 4cm. Medida aproximada: 80 x 65 x 60cm (A x L x P)	Unidades	60	R\$ 1.093,97

24	CARRINHO DE ANESTESIA	Unidades	5	R\$ 7.777,75
25	CARRO DE CURATIVOS INOX COM RODÍZIOS 750 x 450 x 800mm (CxLxA) SUPORTE PARA BALDE E BACIAS	Unidades	100	R\$ 1.193,94
26	CILINDRO DE OXIGÊNIO - Cilindro de oxigênio portátil com válvula reguladora e fluxômetro de aço na cor verde com capacidade para 16 litros	Unidades	50	R\$ 1.991,83
27	CLAVICULÁRIO -Claviculário construído em aço com pintura epóxi], com capacidade para até 84 chaves	Unidades	50	R\$ 305,00
28	COLCHÃO HOSPITALAR D 33	Unidades	500	R\$ 1.037,09
29	DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO INTERFOLHADO EM ABS capacidade para 1000 folhas	Unidades	200	R\$ 81,29
30	DIVÃ	Unidades	50	R\$ 2.569,74
31	DOPPLER VENOSO MEMBROS INFERIORES PORTÁTIL Modelo portátil. Alimentação do equipamento por Bateria. Com autonomia máxima de consumo de 5 horas	Unidades	60	R\$ 1.923,09
32	ELETRICAUTÉRIO-BISTURI ELÉTRICO-Bisturi eletrônico até 150 W para pequenos procedimentos.	Unidades	20	R\$ 20.901,27
33	ESCADA HOSPITALAR -Escada para uso hospitalar, estrutura em aço tubular pintada na cor branca, com 2 degraus	Unidades	160	R\$ 393,70
34	FOCO AUXILIAR	Unidades	100	R\$ 5.370,79
35	FOCO DE TETO	Unidades	100	R\$ 6.478,76
36	FOCO PORTÁTIL -Foco portátil, com uma lâmpada, com 3 rodízios, 220V	Unidades	100	R\$ 1.787,41
37	HAMPER INOX, SUPORTE PARA SACO DE ROUPA SUJA, DIMENSÕES:800mm altura x 500mm diâmetro	Unidades	60	R\$ 521,88
38	MESA AUXILIAR COM RODÍZIOS-Mesa auxiliar Medidas aproximadas: 80 x 80 x 40cm (A x L x P)	Unidades	120	R\$ 841,70
39	MESA AUXILIAR PARA BALANÇA INFANTIL-Mesa auxiliar em aço inox para balança infantil com estrutura em tubos redondos. Medidas aproximadas: 80 x 55 x 55cm (A x L x P)	Unidades	100	R\$ 740,07



40	MESA CIRURGICA	Unidades	10	R\$ 31.745,20
41	MESA DE MAYO-Mesa Mayo, armação cromada, altura regulável por 'borboleta', bandeja em aço inoxidável com acabamento boleado (anticortante), 32 x 50cm (P x L)	Unidades	50	R\$ 660,92
42	MESA EXAME CLÍNICO-Mesa para exame clínico, estrutura tubular de aço pintado na cor branca, Suportar até 180 kg. Medidas aproximadas: 85 x 180 x 60cm (A x L x P)	Unidades	100	R\$ 1.720,58
43	MESA SEMI CIRCULAR INOX	Unidades	50	R\$ 1.742,66
44	MOCHO COM ASSENTO INOX, ESTRUTURA EM TUBO REDONDO EM AÇO INOX	Unidades	150	R\$ 574,80
45	MONITOR COMPLETO MULTIPARAMÉTRICO	Unidades	20	R\$ 21.261,88
46	MULTINEBULIZADOR ELÉTRICO Multinebulizador elétrico composto de 04 (quatro) unidades com possibilidade de uso individual ou simultâneo. Motor compacto, monofásico de 1/5 Hp, 110 volts	Unidades	40	R\$ 1.819,26
47	NEGATOSCÓPIO -Negatoscópio de 01 (um) corpo em estrutura metálica galvanizada com dispositivo para fixação de filmes. Medidas aproximadas: 50 x 30cm (A x L)	Unidades	100	R\$ 831,31
48	OTO-OFTALMOSCÓPIO-Oto-oftalmoscópio a pilha, em aço inoxidável, com lente convexa/côncava, lâmpada de iluminação prima, reflexão para distância de 50cm, ajuste mínimo de 0 a 20 D(+), para uso adulto/infantil e estojo para acondicionamento do aparelho.	Unidades	20	R\$ 1.584,04
49	OXÍMETRO DE PULSO- Oxímetro de pulso portátil, Bateria com autonomia de duração de até 8 horas.	Unidades	100	R\$ 120,87
50	PARQUINHO INFANTIL- Espaço externo dentro da Unidade, destinado ao entretenimento das crianças	Unidades	20	R\$ 2.865,11
51	Poltrona reclinável em até 4 posições, com estrutura de aço redondo. Medidas aproximadas: 1600 x 750 x 550 mm (C x L x A)	Unidades	100	R\$ 1.235,39
52	RESSUSCITADOR COM ALÇA AMBU REANIMADOR ADULTO PVC LUMIAR COR AZUL	Unidades	80	R\$ 312,50



53	ROUPEIRO PARA PROFISSIONAIS	Unidades	60	R\$ 1.310,58
54	SONAR - Sonar com indicador digital de batimentos cardíaco-fetais, alimentado por corrente de 220V	Unidades	100	R\$ 972,79
55	SUPORTE DE SORO INOX REGULÁVEL COM RODA, XBase em tubo de aço inoxidável com 4 pés com rodízios; Coluna em tubo redondo de aço inoxidável; Haste regulável através de mandril com 4 ganchos	Unidades	200	R\$ 324,06
56	TERMÔMETRO -Termômetro para controle de temperatura de uso interno e externo, confeccionado em plástico resistente, com função momento máxima e mínima, escala em graus Celsius e Fahrenheit e temperatura interna de -10°C a +60°C e externa de -50°C a +70°C	Unidades	100	R\$ 108,94
57	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXÔMETRO OXIGÊNIO Válvula Reguladora para Cilindro com Fluxômetro em metal cromado com filtro de bronze sintetizado, com escala de pressão do manômetro: 0 à 31,5 Mpa (0 à 315 Kgf/cm²)	Unidades	100	R\$ 403,76
58	Kit Lariscoscópio com todas as lâminas	Unidades	10	R\$ 1.401,23
59	Aparelho Eletrocardiograma	Unidades	5	R\$ 7.938,91
60	APARELHO PARA FOTOTERAPIA NEONATAL	Unidades	20	R\$ 10.209,38
61	BERÇO NEONATAL COM BANHEIRA HOSPITALAR E COLCHÃO	Unidades	150	R\$ 1.878,91
62	BERÇO AQUECIDO NEONATAL	Unidades	10	R\$ 29.389,74
63	MESA DE CABECEIRA HOSPITALAR COM GUARDA VOLUME - PACIENTE	Unidades	200	R\$ 1.171,06
64	APARELHO PARA TESTE DE ORELHINHA (OTOREAD - INTERACOUSTICS (AUDIOSONIC)	Unidades	4	R\$ 39.283,33
65	SELADORA PARA EMBALAGEM DE ESTERELIZAÇÃO	Unidades	10	R\$ 1.605,71
66	ABAFADOR DE RUÍDOS TIPO CONCHA	Unidades	100	R\$ 1.643,68
<b>VALOR GLOBAL:</b>				<b>R\$ 9.107.545,82</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Avenida Luiz Muniz, 1005 - Centro - Santa Inês - MA  
CEP 65300-115 / CNPJ 06.198.949/0001-24



1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções do fornecimento.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Subcontratação**

3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação conforme o artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, em razão do baixo risco da contratação.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da nota de empenho em e-mail cadastrado na proposta, em remessa única.

4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3. Os bens deverão ser entregues no endereço designado pela Secretária Municipal de Saúde de Santa Inês – MA.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

4.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

5.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### Fiscalização Administrativa

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

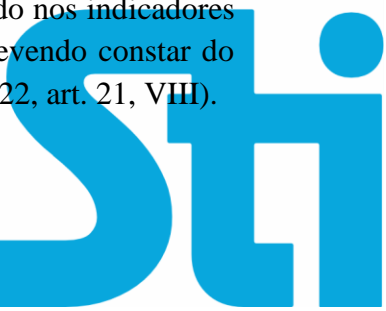
#### Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).



5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



## Liquidação

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.9.1. o prazo de validade;

6.9.2. a data da emissão;

6.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.9.5. o valor a pagar; e

6.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

6.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

6.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

6.23.1. As cessões de crédito não fiduciárias serão vedadas.

6.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

6.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

6.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **Forma de fornecimento**

7.2. O veículo a ser entregue deverá ter garantia de, no mínimo, 12(doze) meses, a contar da data de recebimento e sua aceitação definitiva, devidamente atestada pelo setor competente da Prefeitura.

### **Exigências de habilitação**

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

7.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 7.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 7.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 7.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 7.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 7.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 7.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 7.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual e Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresse o prazo de validade;

7.24. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, termo de abertura e encerramento acompanhado com livro já exigíveis e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



7.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

7.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

7.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.29. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

7.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega;

7.31. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

7.32. **A Prefeitura Municipal de Santa Inês - MA**, se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

7.33. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.34. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

7.35. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

7.36. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor;





- 7.37. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio;
- 7.38. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 7.39. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 7.40. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;
- 7.41. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos;
- 7.42. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 7.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 7.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 7.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 7.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 7.43.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 7.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 7.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 7.43.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida

## 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.107.545,82 (nove milhões cento e sete mil quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

8.1. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

8.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.1.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Encaminho o presente Termo de Referência ao solicitante para a devida aprovação e dar continuidade nos autos do procedimento.

Santa Inês - MA, 15 de abril de 2026.

---

**Kilvia Mara de Alencar Cavalcante**  
Membro da equipe de Planejamento de Contratações

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

<b>Processo Administrativo Nº:</b> 22646/2026	<b>Data de Elaboração:</b> 13/04/2026
<b>Objeto:</b> Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Inês/MA.	<b>Unidade Destinatária:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Modalidade Sugerida:</b> PREGÃO ELETRÔNICO	<b>Tipo de Objeto:</b> Material
<b>Setor Requisitante:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Prioridade:</b> Alta

### 1- NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1. Descrição da Necessidade

A Secretaria Municipal de Saúde de Santa Inês/MA necessita recompor e ampliar seu parque de materiais permanentes para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados nas unidades de saúde do município. O conjunto de itens demandados abrange equipamentos médico-hospitalares de alta complexidade, mobiliário clínico, equipamentos de diagnóstico e suporte operacional, distribuídos em 66 itens que atendem a diferentes setores e especialidades. A ausência ou insuficiência desses bens compromete diretamente a capacidade de atendimento à população, desde procedimentos cirúrgicos até a atenção básica e o cuidado neonatal.

Os equipamentos cirúrgicos e de suporte vital compõem o grupo de maior criticidade técnica. Os itens 1 e 10 (Aspirador Cirúrgico Evolution 1000 – 10 unidades cada), os itens 3 e 19 (Bisturi Eletrônico BP 400 Plus – 10 e 20 unidades, respectivamente), o item 32 (Eletrocautério/Bisturi Elétrico até 150W – 20 unidades), o item 40 (Mesa Cirúrgica – 10 unidades) e o item 24 (Carrinho de Anestesia – 5 unidades) são indispensáveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e intervenções de maior complexidade. Complementam esse grupo os itens 26 (Cilindro de Oxigênio Portátil – 50 unidades), o item 57 (Válvula Reguladora para Cilindro com Fluxômetro – 100 unidades) e o item 52 (Ressuscitador Ambu Adulto – 80 unidades), essenciais para o suporte respiratório de pacientes em situações de urgência e emergência. O item

58 (Kit Laringoscópio com todas as lâminas – 10 unidades) é necessário para procedimentos de intubação orotraqueal, enquanto o item 45 (Monitor Multiparamétrico Completo – 20 unidades) viabiliza o monitoramento contínuo de sinais vitais em leitos de observação e unidades de maior complexidade assistencial.

A área de diagnóstico e avaliação clínica demanda equipamentos específicos para diferentes especialidades. O item 59 (Aparelho de Eletrocardiograma – 5 unidades) atende à cardiologia básica; o item 31 (Doppler Venoso de Membros Inferiores Portátil – 60 unidades) é necessário para avaliação vascular; o item 54 (Sonar com indicador digital de batimentos cardíaco-fetais – 100 unidades) e o item 64 (Aparelho para Teste de Orelhinha/OTOREAD – 4 unidades) atendem à saúde materno-infantil, sendo este último fundamental para a triagem auditiva neonatal obrigatória. O item 48 (Oto-oftalmoscópio – 20 unidades) é necessário para consultas de clínica geral e pediatria, e o item 47 (Negatoscópio – 100 unidades) é utilizado na análise de exames de imagem em diversas unidades. O item 7 (Adipômetro – 40 unidades) atende às equipes de nutrição e saúde da família na avaliação da composição corporal. Os itens 11, 12, 13 e 14 (Balanças Adulto, Infantil, para Obeso e Portátil – 100, 80, 80 e 100 unidades, respectivamente) são instrumentos de uso rotineiro em todas as unidades de atenção básica, sendo imprescindíveis para o acompanhamento nutricional e o monitoramento de pacientes de diferentes perfis.

O cuidado neonatal exige infraestrutura especializada, representada pelos itens 61 (Berço Neonatal com Banheira Hospitalar e Colchão – 150 unidades), 62 (Berço Aquecido Neonatal – 10 unidades) e 60 (Aparelho para Fototerapia Neonatal – 20 unidades), todos voltados ao atendimento de recém-nascidos nas maternidades e unidades de referência do município. O item 46 (Multinebulizador Elétrico com 4 saídas – 40 unidades) atende às salas de nebulização das unidades básicas de saúde, com uso intensivo em pacientes pediátricos e adultos com doenças respiratórias. Os itens 9 (Aspirador Portátil de Secreção e Fluídos – 60 unidades) e 55 (Suporte de Soro Inox Regulável com Rodas – 200 unidades) são equipamentos de uso diário em leitos e salas de procedimentos, cuja reposição é necessária em razão do desgaste pelo uso contínuo.

O mobiliário clínico e hospitalar constitui a base estrutural para o funcionamento dos consultórios, salas de procedimentos e áreas de internação. Os itens 4 e 23 (Cadeiras para Coleta de Sangue – 60 unidades cada) são destinados aos laboratórios e postos de coleta; o item 42 (Mesa para Exame Clínico – 100 unidades) equipa os consultórios médicos e de enfermagem; os itens 38 e 39 (Mesas Auxiliares com Rodízios e Mesa Auxiliar para Balança Infantil – 120 e 100 unidades)

complementam a infraestrutura de trabalho das equipes. O item 25 (Carro de Curativos Inox com Rodízios – 100 unidades), o item 41 (Mesa de Mayo – 50 unidades) e o item 43 (Mesa Semicircular Inox – 50 unidades) são necessários para salas de curativo e centro cirúrgico. O item 28 (Colchão Hospitalar D33 – 500 unidades) e o item 63 (Mesa de Cabeceira Hospitalar com Guarda-Volume – 200 unidades) atendem aos leitos de internação. Os itens 21 (Cadeira de Rodas – 200 unidades), 22 (Cadeira de Banho Higiênico – 150 unidades) e 2 (Andador de Alumínio com Rodas – 10 unidades) são equipamentos de mobilidade e reabilitação utilizados em diversas unidades. O item 51 (Poltrona Reclinável em até 4 posições – 100 unidades) e o item 30 (Divã – 50 unidades) atendem a salas de procedimentos, psicologia e áreas de acompanhamento de pacientes. Os itens 16 e 17 (Cadeiras Caixa Alta Executiva sem e com braços – 100 unidades cada), o item 15 (Banco Giratório em Aço Inox – 100 unidades) e o item 44 (Mocho

## 2- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Descrição dos Requisitos

Os equipamentos médico-hospitalares integrantes do objeto — compreendendo, entre outros, os Aspiradores Cirúrgicos Evolution 1000 (itens 1 e 10, 10 unidades cada), os Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19, totalizando 30 unidades), os Eletrocautérios/Bisturis Elétricos até 150W (item 32, 20 unidades), os Monitores Multiparamétricos (item 45, 20 unidades), as Mesas Cirúrgicas (item 40, 10 unidades), os Berços Aquecidos Neonatais (item 62, 10 unidades) e os Aparelhos para Fototerapia Neonatal (item 60, 20 unidades) — devem possuir registro ou cadastro ativo junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da RDC nº 185/2001 e legislação correlata, comprovado mediante apresentação de certificado ou número de registro válido no ato da entrega. Os equipamentos de diagnóstico, como o Aparelho de Eletrocardiograma (item 59, 5 unidades), o Doppler Venoso Portátil (item 31, 60 unidades), o Oto-Oftalmoscópio (item 48, 20 unidades), o Sonar com indicador digital de batimentos cardíaco-fetais (item 54, 100 unidades) e o Aparelho para Teste de Orelhinha — OtoRead Interacoustics (item 64, 4 unidades) — devem igualmente apresentar registro ANVISA vigente, além de conformidade com as normas da ABNT NBR IEC 60601 (equipamentos eletromédicos), atestando segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética. O Oxímetro de Pulso portátil (item 49, 100 unidades) e o Ressuscitador Ambu adulto (item 52, 80 unidades) devem atender às especificações da ABNT NBR ISO 9919 e ABNT NBR ISO 10651, respectivamente, com certificação do INMETRO ou organismo acreditado pelo INMETRO quando aplicável.

Os equipamentos de suporte clínico e mobiliário hospitalar devem atender a padrões de qualidade compatíveis com uso em ambiente de saúde. As Balanças Adulto (item 11, 100 unidades), Infantil (item 12, 80 unidades), para obeso (item 13, 80 unidades) e portátil (item 14, 100 unidades) devem possuir certificação de aprovação pelo INMETRO, em conformidade com a Portaria INMETRO nº 236/1994 e suas atualizações, com indicação de classe de exatidão compatível com uso médico. Os Cilindros de Oxigênio portáteis (item 26, 50 unidades) e as Válvulas Reguladoras com Fluxômetro (item 57, 100 unidades) devem ser fabricados conforme as normas ABNT NBR 12176 e ABNT NBR 13587, respectivamente, e apresentar certificação do INMETRO, dado o enquadramento como equipamentos de pressão com risco à segurança. Os Colchões Hospitalares D33 (item 28, 500 unidades) devem atender à ABNT NBR 13579, com densidade mínima comprovada por laudo técnico de laboratório acreditado. As Cadeiras de Rodas (item 21, 200 unidades) e Cadeiras de Banho Higiênico (item 22, 150 unidades) devem estar em conformidade com a ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 16452, garantindo acessibilidade e segurança estrutural para as capacidades de carga especificadas (220 kg e 100 kg, respectivamente). O Multinebulizador Elétrico (item 46, 40 unidades) e o Aparelho para Fototerapia Neonatal (item 60, 20 unidades) devem apresentar conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60601-1 e registro ANVISA, com manual técnico em língua portuguesa e garantia mínima de 12 meses.

Os itens de mobiliário e acessórios hospitalares — incluindo Armários Vitrine (item 8, 60 unidades), Mesas de Exame Clínico (item 42, 100 unidades), Mesas de Cabeceira Hospitalar (item 63, 200 unidades), Biombos Divisórias Hospitalares (item 18, 100 unidades), Bancos Giratórios em aço inoxidável (item 15, 100 unidades), Mochos com assento inox (item 44, 150 unidades), Carros de Curativos Inox (item 25, 100 unidades) e Hampers Inox (item 37, 60 unidades) — devem ser fabricados com materiais de primeira qualidade, livres de rebarbas, com acabamento que impeça o acúmulo de sujeira e facilite a higienização com produtos saneantes hospitalares, em conformidade com as normas ABNT pertinentes à fabricação de móveis metálicos e hospitalares. Os Dispensers para álcool gel/sabonete líquido (item 5, 200 unidades), para papel toalha interfolhado (item 6, 200 unidades) e para papel higiênico interfolhado (item 29, 200 unidades) devem ser fabricados em ABS de alta resistência, com certificação de conformidade do fabricante. Os Focos Auxiliares (item 34, 100 unidades), Focos de Teto (item 35, 100 unidades) e Focos Portáteis (item 36, 100 unidades) devem atender às normas ABNT NBR IEC 60598 (luminárias)



e, quando aplicável, às especificações da ABNT NBR IEC 60601-2-41 para luminárias cirúrgicas. Em todos os casos, a contratada deverá apresentar, no momento da entrega, documentação técnica comprobatória das especificações (fichas técnicas, laudos, certificados e manuais), sendo vedado o fornecimento de produtos reconicionados, remanufaturados ou com sinais de uso anterior, sob pena de rejeição imediata e substituição às expensas do fornecedor, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório.

Quanto à qualificação técnica dos licitantes, exige-se a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de materiais permanentes de natureza compatível com os itens ofertados, em quantidades e complexidades equivalentes às demandadas. Para os itens classificados como produtos para saúde pela ANVISA, o licitante deverá comprovar autorização de funcionamento de empresa (AFE) junto àquela agência, quando exigível pela legislação sanitária vigente. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo

### **3- ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALORES**

#### **3.1. Descrição das Estimativas**

Os quantitativos estimados para cada item foram definidos com base no levantamento das necessidades operacionais das unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Santa Inês/MA, considerando o número de unidades em funcionamento, o histórico de desgaste e reposição de equipamentos, a capacidade instalada de atendimento e a projeção de expansão dos serviços. Os equipamentos de maior complexidade técnica e valor unitário foram dimensionados de forma mais restrita, em razão do custo elevado e da vida útil prolongada: os Aspiradores Cirúrgicos Evolution 1000 10 Litros com Pedestal (itens 1 e 10) somam 20 unidades ao preço unitário de R\$ 11.849,09; os Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus EMAI Transmai (itens 3 e 19) totalizam 30 unidades, com preços unitários de R\$ 35.754,52 e R\$ 35.883,39, respectivamente; as Mesas Cirúrgicas (item 40) correspondem a 10 unidades a R\$ 31.745,20 cada; os Berços Aquecidos Neonatais (item 62) somam 10 unidades a R\$ 29.389,74; e os Aparelhos para Teste de Orelhinha — OTOREAD Interacoustics (item 64) totalizam 4 unidades a R\$ 39.283,33 cada, refletindo a demanda específica do programa de triagem auditiva neonatal. Os Monitores Multiparamétricos Completos (item 45) foram estimados em 20 unidades a R\$ 21.261,88, e os Eletrocautérios/Bisturís Elétricos até 150W (item 32) em 20 unidades a R\$ 20.901,27,



quantitativos compatíveis com o número de salas de procedimentos e centros cirúrgicos das unidades municipais.

Os itens de mobiliário clínico e equipamentos de suporte foram estimados em quantidades superiores, dado o maior número de pontos de uso distribuídos pelas unidades de saúde. Os Colchões Hospitalares D33 (item 28) representam o maior quantitativo individual, com 500 unidades a R\$ 1.037,09 cada, em razão da quantidade de leitos existentes e da necessidade de reposição periódica decorrente do desgaste pelo uso contínuo. As Cadeiras de Rodas com estrutura rígida em aço pulverizado, capacidade para 220 kg (item 21), foram estimadas em 200 unidades a R\$ 1.524,85, e os Suportes de Soro Inox Reguláveis com Rodas (item 55) em igual quantidade de 200 unidades a R\$ 324,06, refletindo a distribuição capilar desses itens por todos os setores de internação e atendimento. As Mesas de Cabeceira Hospitalar com Guarda-Volume (item 63) totalizam 200 unidades a R\$ 1.171,06, dimensionadas proporcionalmente à capacidade de leitos. Os Dispensers para Álcool Gel/Sabonete Líquido (item 5) e os Dispensers para Papel Toalha Interfolhado (item 6) foram estimados em 200 unidades cada, a R\$ 96,78 e R\$ 64,07, respectivamente, cobrindo todos os pontos de higienização das unidades. As Balanças Adulto (item 11) e Balanças Portáteis (item 14) somam 100 unidades cada, a R\$ 1.453,06 e R\$ 1.092,25, enquanto as Balanças Infantis (item 12) e Balanças para Obeso (item 13) totalizam 80 unidades cada, a R\$ 1.007,78 e R\$ 2.037,21, atendendo às diferentes categorias de aferição antropométrica nas unidades de atenção básica e especializada. Os Berços Neonatais com Banheira Hospitalar e Colchão (item 61) foram estimados em 150 unidades a R\$ 1.878,91, compatíveis com a estrutura das maternidades e alojamentos conjuntos municipais.

Os itens voltados ao diagnóstico clínico e à avaliação de pacientes foram dimensionados conforme a especialidade e o número de profissionais e consultórios envolvidos. Os Sonares com indicador digital de batimentos cardíaco-fetais (item 54) e os Oxímetros de Pulso Portáteis (item 49) foram estimados em 100 unidades cada, a R\$ 972,79 e R\$ 120,87, respectivamente, dada a ampla utilização em consultas de pré-natal e triagem clínica. Os Negatoscópios (item 47) somam 100 unidades a R\$ 831,31, e os Focos Auxiliares (item 34) e Focos de Teto (item 35) totalizam 100 unidades cada, a R\$ 5.370,79 e R\$ 6.478,76, para equipar salas de procedimentos e consultórios. Os Aparelhos para Fototerapia Neonatal (item 60) foram estimados em 20 unidades a R\$ 10.209,38, e os Aparelhos de Eletrocardiograma (item 59) em 5 unidades a R\$ 7.938,91, quantitativos adequados à demanda dos setores de neonatologia e cardiologia. Os Dopplers

Venosos Portáteis para Membros Inferiores (item 31) somam 60 unidades a R\$ 1.923,09, e os Oto-Oftalmoscópios (item 48) totalizam 20 unidades a R\$ 1.584,04. Os Abafadores de Ruídos Tipo Concha (item 66) foram estimados em 100 unidades a R\$ 1.643,68, destinados à proteção auditiva de profissionais em ambientes de alta exposição sonora. A pesquisa de preços que fundamenta os valores unitários de referência foi realizada mediante consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, a atas de registro de preços vigentes de outros entes públicos, a cotações diretas com fornecedores do segmento de equipamentos médico-hospitalares e mobiliário clínico, e ao Banco de Preços em Saúde do Ministério da Saúde, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, adotando-se como referência o menor valor apurado entre as fontes consultadas, de modo a assegurar a economicidade da contratação.

### 3.2. Tabela de Preços por Fontes de Pesquisa

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Preço Estimado Calculado
1	ASPIRADOR CIRURGICO EVOLUTION 1000 10 LITROS COM PEDESTAL	Unidades	10	R\$ 11.849,09
2	Andador alumínio com rodas articulada, regulável 3 barras	Unidades	10	R\$ 270,31
3	BISTURÍ ELETRÔNICO BP 400 PLUS EMAI TRANSMAI COMPLEETO	Unidades	10	R\$ 35.754,52
4	CADEIRA DE COLETA-Cadeira para coleta de sangue com assento e encosto estofados na cor azul Royal, espessura mínima de 4cm	Unidades	60	R\$ 1.085,04
5	DISPENSER PARA ALCOOL GEL /SABONETE LÍQUIDO OU ESPUMA EM ABS DIPENSER - Sabonete Liquido	Unidades	200	R\$ 96,78
6	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO EM ABS Dispensador de papel interfoliado, fabricado em plástico de alto impacto e reciclável	Unidades	200	R\$ 64,07
7	ADIPOMETRO- Instrumento utilizado para medição de gordura localizada e/ou avaliação da composição corporal (cálculo do índice de gordura corporal)	Unidades	40	R\$ 125,07
8	ARMÁRIO VITRINE-Armário vitrine com 01 porta, fechadura, estrutura em aço pintado na cor branca, com 03 prateleiras de vidro fumê. 150 x 50 x 40cm (A x L x P)	Unidades	60	R\$ 1.224,20

9	ASPIRADOR PORTÁTIL (ASPIRADOR DE SECREÇÃO E FLUÍDOS)	Unidades	60	R\$ 740,32
10	ASPIRADORES CIRURGICOS EVOLUTION 1000 10 LITROS COM PEDESTAL	Unidades	10	R\$ 11.849,09
11	BALANÇA ADULTO-Balança para adulto digital, com escala antropométrica de 95 a 190 cm em chapa de ferro, capacidade de 200 kg	Unidades	100	R\$ 1.453,06
12	BALANÇA INFANTIL-Balança pediátrica, eletrônica, capacidade para 15Kg, frações de 5g, concha anatômica para acomodar o bebê, 220 volts.	Unidades	80	R\$ 1.007,78
13	BALANÇA PARA OBESO-Balança para adulto digital, capacidade de 300Kg	Unidades	80	R\$ 2.037,21
14	BALANÇA PORTÁTIL -Balança portátil digital com capacidade de 150Kg	Unidades	100	R\$ 1.092,25
15	BANCO GIRATÓRIO-Banco giratório em aço inoxidável, com quatro pés de tubos 7/8 redondos, altura regulável (mínima 47cm e máxima 61cm)	Unidades	100	R\$ 893,42
16	CADEIRA CAIXA ALTA EXECUTIVA, PORTARIA E RECEPÇÃO, GIRATÓRIA, ECOSTO FIXO, SEM BRAÇOS	Unidades	100	R\$ 538,67
17	CADEIRA CAIXA ALTA EXECUTIVA, PORTARIA E RECEPÇÃO, GIRATÓRIA, ECOSTO FIXO, COM BRAÇOS	Unidades	100	R\$ 798,41
18	BIOMBO DIVISÓRIA HOSPITALAR TRIPLO ESMALTADO LONA PLÁSTICA	Unidades	100	R\$ 566,00
19	BISTURÍS ELETRÔNICOS BP 400 PLUS EMAI TRANSMAL COMPLETO	Unidades	20	R\$ 35.883,39
20	Braçadeira para injeção endovenosa, coluna inferior em tubo redondo pintado na cor branca, altura regulável mínima de 0,85 e máxima de 1,25m	Unidades	80	R\$ 425,54
21	Cadeira de rodas com estrutura rígida em aço pulverizado, com capacidade para 220 kg,	Unidades	200	R\$ 1.524,85
22	Cadeira de banho higiênico aço 100 kg	Unidades	150	R\$ 421,21
23	Cadeira para coleta de sangue com assento e encosto estofados na cor azul royal, espessura mínima de 4cm. Medida aproximada: 80 x 65 x 60cm (A x L x P)	Unidades	60	R\$ 1.093,97

24	CARRINHO DE ANESTESIA	Unidades	5	R\$ 7.777,75
25	CARRO DE CURATIVOS INOX COM RODÍZIOS 750 x 450 x 800mm (CxLxA) SUPORTE PARA BALDE E BACIAS	Unidades	100	R\$ 1.193,94
26	CILINDRO DE OXIGÊNIO - Cilindro de oxigênio portátil com válvula reguladora e fluxômetro de aço na cor verde com capacidade para 16 litros	Unidades	50	R\$ 1.991,83
27	CLAVICULÁRIO -Claviculario construído em aço com pintura epóxi], com capacidade para até 84 chaves	Unidades	50	R\$ 305,00
28	COLCHÃO HOSPITALAR D 33	Unidades	500	R\$ 1.037,09
29	DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO INTERFOLHADO EM ABS capacidade para 1000 folhas	Unidades	200	R\$ 81,29
30	DIVÃ	Unidades	50	R\$ 2.569,74
31	DOPPLER VENOSO MEMBROS INFERIORES PORTÁTIL Modelo portátil. Alimentação do equipamento por Bateria. Com autonomia máxima de consumo de 5 horas	Unidades	60	R\$ 1.923,09
32	ELETROCAUTÉRIO-BISTURI ELÉTRICO-Bisturi eletrônico até 150 W para pequenos procedimentos.	Unidades	20	R\$ 20.901,27
33	ESCADA HOSPITALAR -Escada para uso hospitalar, estrutura em aço tubular pintada na cor branca, com 2 degraus	Unidades	160	R\$ 393,70
34	FOCO AUXILIAR	Unidades	100	R\$ 5.370,79
35	FOCO DE TETO	Unidades	100	R\$ 6.478,76
36	FOCO PORTÁTIL -Foco portátil, com uma lâmpada, com 3 rodízios, 220V	Unidades	100	R\$ 1.787,41
37	HAMPER INOX, SUPORTE PARA SACO DE ROUPA SUJA, DIMENSÕES:800mm altura x 500mm diâmetro	Unidades	60	R\$ 521,88
38	MESA AUXILIAR COM RODÍZIOS-Mesa auxiliar Medidas aproximadas: 80 x 80 x 40cm (A x L x P)	Unidades	120	R\$ 841,70
39	MESA AUXILIAR PARA BALANÇA INFANTIL-Mesa auxiliar em aço inox para balança infantil com estrutura em tubos	Unidades	100	R\$ 740,07

	redondos. Medidas aproximadas: 80 x 55 x 55cm (A x L x P)			
<b>40</b>	MESA CIRURGICA	Unidades	<b>10</b>	R\$ 31.745,20
<b>41</b>	MESA DE MAYO-Mesa Mayo, armação cromada, altura regulável por 'borboleta', bandeja em aço inoxidável com acabamento boleado (anticortante), 32 x 50cm (P x L)	Unidades	<b>50</b>	R\$ 660,92
<b>42</b>	MESA EXAME CLÍNICO-Mesa para exame clínico, estrutura tubular de aço pintado na cor branca, Suportar até 180 kg. Medidas aproximadas: 85 x 180 x 60cm (A x L x P)	Unidades	<b>100</b>	R\$ 1.720,58
<b>43</b>	MESA SEMI CIRCULAR INOX	Unidades	<b>50</b>	R\$ 1.742,66
<b>44</b>	MOCHO COM ASSENTO INOX, ESTRUTURA EM TUBO REDONDO EM AÇO INOX	Unidades	<b>150</b>	R\$ 574,80
<b>45</b>	MONITOR COMPLETO MULTIPARAMÉTRICO	Unidades	<b>20</b>	R\$ 21.261,88
<b>46</b>	MULTINEBULIZADOR ELÉTRICO Multinebulizador elétrico composto de 04 (quatro) unidades com possibilidade de uso individual ou simultâneo. Motor compacto, monofásico de 1/5 Hp, 110 volts	Unidades	<b>40</b>	R\$ 1.819,26
<b>47</b>	NEGATOSCÓPIO -Negatoscópio de 01 (um) corpo em estrutura metálica galvanizada com dispositivo para fixação de filmes. Medidas aproximadas: 50 x 30cm (A x L)	Unidades	<b>100</b>	R\$ 831,31
<b>48</b>	OTO-OFTALMOSCÓPIO-Oto-oftalmoscópio a pilha, em aço inoxidável, com lente convexa/côncava, lâmpada de iluminação prima, reflexão para distância de 50cm, ajuste mínimo de 0 a 20 D(+), para uso adulto/infantil e estojo para acondicionamento do aparelho.	Unidades	<b>20</b>	R\$ 1.584,04
<b>49</b>	OXÍMETRO DE PULSO- Oxímetro de pulso portátil, Bateria com autonomia de duração de até 8 horas.	Unidades	<b>100</b>	R\$ 120,87
<b>50</b>	PARQUINHO INFANTIL- Espaço externo dentro da Unidade, destinado ao entretenimento das crianças	Unidades	<b>20</b>	R\$ 2.865,11
<b>51</b>	Poltrona reclinável em até 4 posições, com estrutura de aço redondo. Medidas aproximadas: 1600 x 750 x 550 mm (C x L x A)	Unidades	<b>100</b>	R\$ 1.235,39



52	RESSUSCITADOR COM ALÇA AMBU REANIMADOR ADULTO PVC LUMIAR COR AZUL	Unidades	80	R\$ 312,50
53	ROUPEIRO PARA PROFISSIONAIS	Unidades	60	R\$ 1.310,58
54	SONAR - Sonar com indicador digital de batimentos cardíaco-fetais, alimentado por corrente de 220V	Unidades	100	R\$ 972,79
55	SUPORTE DE SORO INOX REGULÁVEL COM RODA, XBase em tubo de aço inoxidável com 4 pés com rodízios; Coluna em tubo redondo de aço inoxidável; Haste regulável através de mandril com 4 ganchos	Unidades	200	R\$ 324,06
56	TERMÔMETRO -Termômetro para controle de temperatura de uso interno e externo, confeccionado em plástico resistente, com função momento máxima e mínima, escala em graus Celsius e Fahrenheit e temperatura interna de -10°C a +60°C e externa de -50°C a +70°C	Unidades	100	R\$ 108,94
57	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXÔMETRO OXIGÊNIO Válvula Reguladora para Cilindro com Fluxômetro em metal cromado com -ltro de bronze sintetizado, com escala de pressão do manômetro: 0 à 31,5 Mpa (0 à 315 Kgf/cm²)	Unidades	100	R\$ 403,76
58	Kit Lariscoscópio com todas as lâminas	Unidades	10	R\$ 1.401,23
59	Aparelho Eletrocardiograma	Unidades	5	R\$ 7.938,91
60	APARELHO PARA FOTOTERAPIA NEONATAL	Unidades	20	R\$ 10.209,38
61	BERÇO NEONATAL COM BANHEIRA HOSPITALAR E COLCHÃO	Unidades	150	R\$ 1.878,91
62	BERÇO AQUECIDO NEONATAL	Unidades	10	R\$ 29.389,74
63	MESA DE CABECEIRA HOSPITALAR COM GUARDA VOLUME - PACIENTE	Unidades	200	R\$ 1.171,06
64	APARELHO PARA TESTE DE ORELHINHA (OTOREAD - INTERACOUSTICS (AUDIOSONIC))	Unidades	4	R\$ 39.283,33
65	SELADORA PARA EMBALAGEM DE ESTERELIZAÇÃO	Unidades	10	R\$ 1.605,71
66	ABAFADOR DE RUÍDOS TIPO CONCHA	Unidades	100	R\$ 1.643,68
<b>Valor Global:</b>				<b>R\$ 9.107.545,82</b>

### **3.3. Fontes de Preços Consultadas**

#### **3.1.1. - Banco de Preços em Saúde**

#### **3.1.2. Bolsa Brasileira de Mercadorias**

[www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br)

#### **3.1.3. Bolsa de Licitações e Leilões**

<https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>

#### **3.1.4. Câmara Municipal de Uniflor/PR**

[uniflorpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes](http://uniflorpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes)

#### **3.1.5. Compras BR**

<https://comprasbr.com.br/>

#### **3.1.6. Compras.gov.br**

[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

#### **3.1.7. Licita + Brasil**

[licitamaisbrasil.com.br/editais](http://licitamaisbrasil.com.br/editais)

#### **3.1.8. Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0**

[licitanet.com.br](http://licitanet.com.br)

#### **3.1.9. Licitar Digital**

[app2.licitardigital.com.br/pesquisa](http://app2.licitardigital.com.br/pesquisa)

#### **3.1.10. Portal de Compras Publicas**

[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

#### **3.1.11. Portal Nacional de Contratações Públicas**

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

#### **3.1.12. Prefeitura Municipal de Itaporã/MS**

[itaporams.ddns.net:5656/Transparencia/](http://itaporams.ddns.net:5656/Transparencia/)

#### **3.1.13. Prefeitura Municipal de Lindoeste**

[transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/lindoeste/portal?entidade=2008](http://transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/lindoeste/portal?entidade=2008)

#### **3.1.14. Prefeitura Municipal de Toledo/PR**

<https://equiplano.toledo.pr.gov.br:7443/transparencia/licitacoes>

#### **3.1.15. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**

<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO::>

## **4- LEVANTAMENTO DE MERCADO**

#### 4.1. Descrição do Levantamento

O mercado fornecedor de materiais permanentes hospitalares e equipamentos médico-diagnósticos no Brasil é amplo e competitivo, contando com fabricantes nacionais e distribuidores de produtos importados que atendem às especificações técnicas exigidas pelas unidades de saúde públicas. Para os equipamentos de maior complexidade e valor unitário — como os Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19, totalizando 30 unidades a R\$ 35.754,52 e R\$ 35.883,39 unitários, respectivamente), as Mesas Cirúrgicas (item 40, 10 unidades a R\$ 31.745,20), os Berços Aquecidos Neonatais (item 62, 10 unidades a R\$ 29.389,74), os Monitores Multiparamétricos (item 45, 20 unidades a R\$ 21.261,88) e os Aparelhos para Teste de Orelhinha OTOREAD (item 64, 4 unidades a R\$ 39.283,33) — identificam-se no mercado ao menos três perfis distintos de fornecimento: **(i)** fabricantes nacionais com linha própria de produção, como EMAI, Transmai, Takaoka e Fanem, que oferecem assistência técnica direta e reposição de peças em território nacional; **(ii)** distribuidores autorizados de marcas internacionais, como Interacoustics, Mindray e Philips, que comercializam equipamentos com tecnologia de ponta, porém com prazos de entrega e custos de manutenção potencialmente mais elevados; e **(iii)** revendedores multimarcas com atuação regional, que agregam portfólio diversificado e maior flexibilidade logística para municípios do interior do Maranhão, embora possam apresentar menor capacidade de suporte técnico especializado.

Para os itens de mobiliário clínico e hospitalar — incluindo Armários Vitrine (item 8, 60 unidades), Mesas de Exame Clínico (item 42, 100 unidades), Mesas de Cabeceira Hospitalar (item 63, 200 unidades), Colchões Hospitalares D33 (item 28, 500 unidades), Cadeiras de Rodas com capacidade para 220 kg (item 21, 200 unidades), Cadeiras de Banho Higiênico (item 22, 150 unidades), Berços Neonatais com Banheira (item 61, 150 unidades) e Poltronas Reclináveis (item 51, 100 unidades) — o mercado apresenta oferta ainda mais pulverizada, com fabricantes como Dellamed, Wiltex, Pamed e Boni Medical, além de inúmeros fabricantes regionais. A alternativa de aquisição direta de fabricantes nacionais de grande porte apresenta como vantagem a padronização dos produtos, garantia de fábrica e maior capacidade de atendimento a volumes elevados; como desvantagem, pode implicar maior prazo de entrega e exigência de pedido mínimo. A aquisição via distribuidores regionais, por sua vez, favorece a agilidade na entrega e a proximidade geográfica, mas pode resultar em menor uniformidade técnica entre lotes distintos. Para itens de menor valor unitário e maior volume — como os 200 Dispensers para Álcool



Gel/Sabonete Líquido (item 5, R\$ 96,78 cada), os 200 Dispensers para Papel Toalha (item 6, R\$ 64,07 cada), os 200 Dispensers para Papel Higiênico (item 29, R\$ 81,29 cada), os 200 Suportes de Soro Inox (item 55, R\$ 324,06 cada) e os 100 Termômetros (item 56, R\$ 108,94 cada) — a competitividade de mercado é elevada, com múltiplos fornecedores aptos a atender às especificações, o que favorece a obtenção de preços vantajosos em certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

A pesquisa de mercado realizada para composição dos preços de referência considerou consultas a portais de compras públicas — especialmente o Banco de Preços. Para equipamentos de diagnóstico de alta especificidade, como o Aparelho para Fototerapia Neonatal (item 60, 20 unidades a R\$ 10.209,38), o Doppler Venoso Portátil (item 31, 60 unidades a R\$ 1.923,09), o Eletrocardiograma (item 59, 5 unidades a R\$ 7.938,91) e o Sonar com indicador digital de batimentos cardíaco-fetais (item 54, 100 unidades a R\$ 972,79), verificou-se que o número de fabricantes com registro na ANVISA e capacidade de fornecimento ao setor público é mais restrito, o que recomenda a adoção de especificações técnicas funcionais — e não por marca — nos instrumentos convocatórios, de modo a ampliar a competitividade sem comprometer a qualidade. A solução de Registro de Preços via Pregão Eletrônico mostrou-se a mais adequada dentre as alternativas analisadas, pois permite reunir em um único certame itens de naturezas distintas, viabiliza a participação de fornecedores de diferentes portes e regiões, e assegura à Administração a faculdade de contratar apenas as quantidades efetivamente necessárias ao longo da vigência da ata, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos registrados.

A alternativa de aquisição por dispensa de licitação, em razão de fracionamento por item, foi descartada por contrariar os princípios da eficiência e da economicidade, além de implicar maior carga administrativa para a Secretaria. A contratação direta por inexigibilidade também não se aplica à generalidade dos itens, dado que não há exclusividade de fornecimento para a maioria dos produtos demandados. A compra por adesão a ata de registro de preços de outro ente (*carona*), embora tecnicamente viável para alguns itens, foi preterida em razão da necessidade de garantir condições específicas de entrega, assistência técnica local e adequação às particularidades operacionais das unidades de saúde de Santa Inês/MA. Assim, a realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, configura a solução que melhor equilibra competitividade, economicidade, controle administrativo e atendimento tempestivo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.



## 5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

### 5.1. Detalhamento da Solução

A solução adotada consiste na realização de Pregão Eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo os 66 itens de materiais permanentes demandados pela Secretaria Municipal de Saúde. A escolha do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória decorre da natureza dos bens — materiais permanentes com características padronizáveis e passíveis de competição por preço —, ao passo que o Sistema de Registro de Preços se justifica pela distribuição temporal e espacial das demandas entre as diversas unidades de saúde do município, tornando inviável a definição prévia e exata dos quantitativos a serem adquiridos em cada período. A conjugação dessas duas ferramentas permite que a Administração realize um único certame para atender a múltiplas demandas ao longo da vigência da ata, com aquisições fracionadas conforme a necessidade efetiva de cada unidade.

Do ponto de vista técnico, a solução contempla a aquisição de itens agrupados em categorias funcionais complementares, cobrindo desde equipamentos cirúrgicos de alta complexidade — como as Mesas Cirúrgicas (item 40, 10 unidades a R\$ 31.745,20 cada), os Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19, 30 unidades no total), os Berços Aquecidos Neonatais (item 62, 10 unidades a R\$ 29.389,74 cada) e os Aparelhos para Teste de Orelhinha OTOREAD (item 64, 4 unidades a R\$ 39.283,33 cada) — até equipamentos de suporte diagnóstico e monitoramento, como os Monitores Multiparamétricos (item 45, 20 unidades), os Aparelhos de Eletrocardiograma (item 59, 5 unidades), os Dopplers Venosos Portáteis (item 31, 60 unidades) e os Oxímetros de Pulso (item 49, 100 unidades). Complementam o conjunto itens de infraestrutura clínica e mobiliário hospitalar, tais como Colchões Hospitalares D33 (item 28, 500 unidades), Cadeiras de Rodas com capacidade para 220 kg (item 21, 200 unidades), Berços Neonatais com Banheira e Colchão (item 61, 150 unidades), Balanças Adulto, Infantil, para Obeso e Portátil (itens 11 a 14, totalizando 360 unidades), além de Suportes de Soro Inox Reguláveis com Rodas (item 55, 200 unidades) e Dispensers para álcool gel/sabonete líquido e papel toalha (itens 5, 6 e 29, 600 unidades no total). Essa abrangência garante que as unidades de saúde disponham de infraestrutura material integrada, sem lacunas operacionais entre setores.

Sob o aspecto econômico, a formação de registro de preços para o conjunto dos 66 itens viabiliza ganhos de escala decorrentes da centralização do certame, com reflexos diretos na competitividade dos preços ofertados pelos fornecedores. Itens de maior volume — como os 500



Colchões Hospitalares D33 (item 28), as 200 Cadeiras de Rodas (item 21), as 200 Mesas de Cabeceira Hospitalar (item 63) e os 200 Suportes de Soro Inox (item 55) — tendem a atrair maior número de licitantes, ampliando a disputa e favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração. Adicionalmente, a modalidade de registro de preços elimina a necessidade de abertura de processos licitatórios individuais para cada demanda surgida ao longo do exercício, reduzindo custos administrativos e o tempo de resposta às necessidades das unidades. A vigência da ata, de até 12 meses, confere previsibilidade orçamentária e flexibilidade operacional, permitindo que aquisições de itens como os Aparelhos para Fototerapia Neonatal (item 60, 20 unidades a R\$ 10.209,38 cada) e os Multinebulizadores Elétricos (item 46, 40 unidades) sejam realizadas de forma programada, sem comprometimento antecipado de recursos além do estritamente necessário.

Operacionalmente, a solução proposta assegura que cada unidade de saúde vinculada à Secretaria possa solicitar os itens de que necessita no momento adequado, sem depender de estoques centralizados de grande volume ou de processos emergenciais de aquisição. Itens de reposição frequente e uso cotidiano — como os Biombos Divisórias Hospitalares (item 18, 100 unidades), os Hampers Inox para roupa suja (item 37, 60 unidades), os Mochos com Assento Inox (item 44, 150 unidades), os Carros de Curativos Inox (item 25, 100 unidades) e os Focos Auxiliares e de Teto (itens 34 e 35, 100 unidades cada) — poderão ser requisitados de forma gradual, conforme o desgaste e a necessidade real de substituição. Da mesma forma, equipamentos de uso especializado, como os Carrinhos de Anestesia (item 24, 5 unidades), os Kits Laringoscópio com todas as lâminas (item 58, 10 unidades) e as Seladoras para Embalagem de Esterilização (item 65, 10 unidades), poderão ser adquiridos de acordo com a disponibilidade orçamentária e a priorização técnica estabelecida pelos gestores das unidades, sem que a Administração precise comprometer recursos para a totalidade dos quantitativos estimados de uma única vez.

## **6- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO**

### **6.1. Justificativa**

Nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a regra geral nas contratações públicas é o parcelamento do objeto quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Contudo, no presente caso, a adoção de lotes únicos por item — estruturados em um único procedimento licitatório — é a solução que melhor atende ao interesse público, sendo o parcelamento em múltiplos certames independentes medida que comprometeria a economicidade, a eficiência



administrativa e a coerência técnica da contratação. O conjunto dos 66 itens demandados, embora abranja categorias funcionalmente distintas, integra uma mesma necessidade institucional da Secretaria Municipal de Saúde, qual seja, a recomposição e ampliação do parque de materiais permanentes das unidades de saúde do município, o que confere unidade lógica e operacional ao objeto.

Do ponto de vista da economia de escala, a realização de um único Pregão Eletrônico para todos os itens permite que fornecedores de diferentes segmentos — equipamentos médico-hospitalares de alta complexidade, mobiliário clínico, equipamentos de diagnóstico e itens de suporte operacional — concorram em um ambiente competitivo unificado, maximizando a pressão sobre os preços ofertados. A fragmentação do certame em múltiplos processos licitatórios independentes implicaria, necessariamente, a multiplicação dos custos de transação, com a abertura de novos procedimentos, publicações, sessões de disputa e fases recursais para cada grupo de itens, onerando a estrutura administrativa da Secretaria sem qualquer ganho técnico ou financeiro correspondente. Itens como os 500 Colchões Hospitalares D33 (item 28), os 200 Suportes de Soro Inox Reguláveis (item 55), os 200 Dispensers para Álcool Gel/Sabonete Líquido (item 5) e os 200 Dispensers para Papel Toalha Interfolhado (item 6) exemplificam categorias em que a escala de aquisição concentrada em um único certame favorece a obtenção de preços unitários mais competitivos.

Sob a perspectiva técnica, a fragmentação da contratação em múltiplos processos independentes criaria riscos de descompasso no fornecimento, com possibilidade de que equipamentos interdependentes sejam adquiridos em momentos distintos, comprometendo a operacionalização das unidades de saúde. Equipamentos como os Berços Aquecidos Neonatais (item 62, 10 unidades a R\$ 29.389,74 cada), os Aparelhos para Fototerapia Neonatal (item 60, 20 unidades a R\$ 10.209,38 cada) e os Monitores Multiparamétricos (item 45, 20 unidades a R\$ 21.261,88 cada) integram conjuntos funcionais que demandam disponibilidade simultânea para a plena operação dos setores neonatais e de terapia intensiva. Da mesma forma, itens como os Cilindros de Oxigênio Portáteis (item 26, 50 unidades), as Válvulas Reguladoras com Fluxômetro (item 57, 100 unidades) e os Aspiradores Portáteis de Secreção (item 9, 60 unidades) compõem uma cadeia de suporte ventilatório cuja efetividade depende da aquisição coordenada. Assim, a manutenção de todos os itens em um único procedimento licitatório, estruturado sob o Sistema de

Registro de Preços, assegura a coerência técnica da contratação, a racionalização dos recursos públicos e a continuidade dos serviços de saúde prestados à população de Santa Inês/MA.

Por fim, registra-se que a estrutura do Pregão Eletrônico por itens individuais, adotada no presente certame, já contempla em si mesma a lógica da competição segmentada, permitindo que fornecedores especializados em categorias específicas — como equipamentos cirúrgicos de alta complexidade, a exemplo dos Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19) e das Mesas Cirúrgicas (item 40), ou equipamentos de diagnóstico, como o Aparelho para Teste de Orelhinha OTOREAD (item 64, 4 unidades a R\$ 39.283,33 cada) e o Aparelho de Eletrocardiograma (item 59) — disputem exclusivamente os lotes de sua especialidade, sem prejuízo da participação ampla e competitiva no certame. Dessa forma, a contratação unificada não restringe a competitividade, mas, ao contrário, a potencializa, ao mesmo tempo em que preserva a eficiência administrativa e a economicidade que devem nortear as aquisições públicas nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **7- RESULTADOS PRETENDIDOS**

### **7.1. Descrição dos Resultados Esperados**

A recomposição do parque de equipamentos médico-hospitalares das unidades de saúde de Santa Inês/MA viabilizará a retomada e a ampliação de procedimentos clínicos e cirúrgicos que dependem diretamente da disponibilidade dos bens ora contratados. A aquisição de 10 Mesas Cirúrgicas (item 40), 30 unidades de Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19), 20 Eletrocautérios/Bisturís Elétricos até 150W (item 32) e 5 Carrinhos de Anestesia (item 24) permitirá a estruturação ou requalificação de centros cirúrgicos municipais, reduzindo a dependência de encaminhamentos para outros municípios e ampliando a resolutividade local. Da mesma forma, os 20 Monitores Multiparamétricos (item 45), os 10 Berços Aquecidos Neonatais (item 62), os 20 Aparelhos para Fototerapia Neonatal (item 60) e os 150 Berços Neonatais com Banheira Hospitalar e Colchão (item 61) fortalecerão a atenção materno-infantil, garantindo condições seguras de monitoramento e cuidado neonatal nas maternidades e unidades de internação vinculadas à Secretaria.

No âmbito da atenção básica e dos serviços ambulatoriais, a disponibilização de 100 Balanças para Adulto (item 11), 80 Balanças Pediátricas (item 12), 80 Balanças para Obeso (item 13), 100 Balanças Portáteis (item 14), 100 Mesas para Exame Clínico (item 42), 60 Cadeiras de Coleta de Sangue (itens 4 e 23), 100 Sonares com indicador digital de batimentos cardíaco-fetais (item 54), 5 Aparelhos de Eletrocardiograma (item 59), 4 Aparelhos para Teste de Orelhinha —

OTOREAD Interacoustics (item 64) e 20 unidades de Oto-Oftalmoscópio (item 48) impactará diretamente a qualidade dos atendimentos de rotina, possibilitando a realização de triagens, consultas, exames e procedimentos diagnósticos com maior precisão e segurança. Os 60 Dopplers Venosos Portáteis (item 31), os 100 Oxímetros de Pulso (item 49) e os 40 Adipômetros (item 7) ampliarão a capacidade de avaliação clínica nas unidades de atenção básica, contribuindo para o diagnóstico precoce de condições cardiovasculares, respiratórias e nutricionais na população atendida.

A infraestrutura de suporte operacional das unidades também será significativamente aprimorada. Os 500 Colchões Hospitalares D33 (item 28), as 200 Mesas de Cabeceira Hospitalar com Guarda-Volume (item 63), as 100 Poltronas Reclináveis (item 51), os 50 Divãs (item 30) e os 200 Suportes de Soro Inox Reguláveis com Rodas (item 55) garantirão condições adequadas de internação e conforto para pacientes. Os 200 Dispensers para Álcool Gel/Sabonete Líquido (item 5), os 200 Dispensers para Papel Toalha Interfolhado (item 6), os 200 Dispensers para Papel Higiênico Interfolhado (item 29) e os 60 Hampers Inox para Roupas Sujas (item 37) contribuirão para a manutenção dos protocolos de higiene e controle de infecção hospitalar. Complementarmente, os 200 Cilindros de Oxigênio Portáteis (item 26), as 100 Válvulas Reguladoras com Fluxômetro para Oxigênio (item 57), os 80 Ressuscitadores Ambu Adulto (item 52), os 10 Kits Laringoscópio com todas as lâminas (item 58) e as 10 Seladoras para Embalagem de Esterilização (item 65) assegurarão a disponibilidade de recursos essenciais para situações de urgência e emergência, bem como para a manutenção da cadeia de esterilização de materiais, reduzindo riscos assistenciais e elevando o padrão de segurança do paciente nas unidades de saúde do município.

Sob a perspectiva da gestão administrativa, a formalização do Registro de Preços para os 66 itens em um único certame proporcionará ganhos expressivos de eficiência, eliminando a necessidade de múltiplos processos licitatórios ao longo do exercício e permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma ágil e planejada, conforme a demanda efetiva de cada unidade. A redução do tempo entre a identificação da necessidade e a entrega do bem, aliada à previsibilidade de preços registrados, fortalece o planejamento orçamentário da Secretaria e minimiza o risco de desabastecimento. Em síntese, os resultados esperados convergem para a melhoria concreta das condições de atendimento à população de Santa Inês/MA, com impacto



direto na resolutividade dos serviços de saúde, na segurança dos pacientes e na eficiência da gestão pública municipal.

## **8- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

### **8.1. Descrição das Providências**

Previamente ao recebimento dos equipamentos médico-hospitalares de maior complexidade técnica, a Secretaria Municipal de Saúde deverá promover a designação formal de servidores para atuarem como fiscais e gestores do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Considerando a heterogeneidade técnica dos 66 itens — que abrangem desde equipamentos cirúrgicos de alta precisão, como os Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19, 30 unidades), as Mesas Cirúrgicas (item 40, 10 unidades) e os Monitores Multiparamétricos (item 45, 20 unidades), até mobiliário clínico e itens de suporte operacional —, recomenda-se a designação de ao menos um fiscal técnico com formação ou experiência na área de engenharia clínica, biomedicina ou enfermagem, capacitado a verificar a conformidade das especificações no ato do recebimento provisório e definitivo dos bens.

Para os equipamentos que demandam instalação, calibração ou configuração técnica especializada — notadamente os Berços Aquecidos Neonatais (item 62, 10 unidades), os Aparelhos para Fototerapia Neonatal (item 60, 20 unidades), os Aparelhos para Teste de Orelhinha OTOREAD (item 64, 4 unidades), os Eletrocardiógrafos (item 59, 5 unidades), os Carrinhos de Anestesia (item 24, 5 unidades) e os Focos de Teto (item 35, 100 unidades) —, as unidades de saúde receptoras deverão providenciar, com antecedência, a vistoria das instalações elétricas e hidráulicas dos ambientes de destino, assegurando adequação de pontos de energia, tensão compatível (110V ou 220V conforme especificado em cada item), espaço físico suficiente e condições de ventilação e iluminação adequadas. Os Multinebulizadores Elétricos (item 46, 40 unidades), com motor monofásico de 1/5 Hp em 110 volts, e os Aspiradores Cirúrgicos Evolution 1000 com pedestal (itens 1 e 10, 10 unidades cada) igualmente requerem verificação prévia da rede elétrica dos ambientes de instalação. A Secretaria deverá formalizar, junto às unidades de saúde beneficiárias, cronograma de recebimento e instalação que contemple essas adequações antes da entrega dos bens pelo fornecedor.

No que tange ao armazenamento, deverão ser identificados e preparados espaços físicos adequados para a guarda temporária dos itens de maior volume e quantidade, em especial os 500 Colchões Hospitalares D33 (item 28), os 200 Suportes de Soro Inox Reguláveis com Rodas (item

55), os 200 Dispensers para Álcool Gel/Sabonete Líquido (item 5), os 200 Dispensers para Papel Toalha (item 6), os 200 Dispensers para Papel Higiênico (item 29), os 200 Cadeiras de Rodas (item 21) e as 200 Mesas de Cabeceira Hospitalar com Guarda-Volume (item 63). Esses itens, pela expressividade dos quantitativos, exigem almoxarifado com área suficiente, controle de umidade e temperatura, além de sistema de registro patrimonial atualizado para rastreabilidade dos bens após a incorporação ao patrimônio municipal. O setor de patrimônio da Secretaria deverá ser previamente orientado quanto aos procedimentos de tombamento e distribuição dos bens às unidades destinatárias, evitando acúmulo indevido em depósitos e garantindo a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos.

A capacitação dos profissionais de saúde para a operação dos equipamentos de maior sofisticação técnica constitui providência indispensável para que os resultados pretendidos com a contratação sejam efetivamente alcançados. Os servidores que atuarão com os Aparelhos para Teste de Orelhinha OTOREAD (item 64), os Dopplers Venosos Portáteis (item 31, 60 unidades), os Oto-Oftalmoscópios (item 48, 20 unidades), os Ressuscitadores AMBU (item 52, 80 unidades), os Oxímetros de Pulso (item 49, 100 unidades) e os Kits de Laringoscópio com todas as lâminas (item 58, 10 unidades) deverão receber treinamento operacional, preferencialmente ministrado pelo próprio fornecedor como condição de entrega, o que deverá ser previsto no instrumento convocatório e na minuta contratual. Da mesma forma, os profissionais responsáveis pela operação dos Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19) e dos Eletrocautérios até 150W (item 32) deverão ser submetidos a treinamento específico de segurança no uso de equipamentos eletrocirúrgicos, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e as recomendações da ANVISA/ órgão regulador competente.

Por fim, a Secretaria Municipal de Saúde deverá providenciar, antes do início da execução da Ata de Registro de Preços, a confirmação da disponibilidade orçamentária e financeira para fazer frente às aquisições programadas, bem como a atualização do Plano de Contratações Anual, quando aplicável. A unidade gestora deverá ainda elaborar e publicar o instrumento de designação do gestor da Ata de Registro de Preços, responsável pelo controle dos saldos, pelo acompanhamento dos prazos de vigência e pela articulação com as unidades de saúde demandantes ao longo do período de validade da ata, assegurando que as solicitações de empenho e as ordens de fornecimento sejam emitidas em conformidade com as necessidades reais apuradas, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso de aquisições em relação aos quantitativos registrados.





## 9- IMPACTOS AMBIENTAIS

### 9.1. Descrição dos Impactos Ambientais

Os impactos ambientais associados à presente contratação decorrem, em grande medida, da natureza dos materiais permanentes adquiridos, os quais envolvem componentes metálicos, plásticos, eletrônicos e eletromecânicos com diferentes graus de complexidade no descarte ao final de sua vida útil. Equipamentos como os Monitores Multiparamétricos (item 45, 20 unidades), os Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19, 30 unidades), os Eletrocautérios/Bisturis Elétricos até 150W (item 32, 20 unidades), os Aparelhos para Fototerapia Neonatal (item 60, 20 unidades), os Berços Aquecidos Neonatais (item 62, 10 unidades) e os Aparelhos para Teste de Orelhinha (item 64, 4 unidades) são classificados como resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) ao término de sua vida útil, sujeitando-se às disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e ao Decreto nº 10.240/2020, que regulamenta a logística reversa para esse segmento. Os Cilindros de Oxigênio portáteis (item 26, 50 unidades) e as Válvulas Reguladoras com Fluxômetro (item 57, 100 unidades) demandam atenção especial em razão do risco associado ao manuseio de gases comprimidos e à necessidade de destinação técnica adequada dos recipientes metálicos após o esgotamento de sua vida operacional.

Os itens de mobiliário clínico e hospitalar — incluindo os 500 Colchões Hospitalares D33 (item 28), os 200 Suportes de Soro Inox Reguláveis com Rodas (item 55), os 200 Dispensers para Álcool Gel/Sabonete Líquido (item 5), os 200 Dispensers para Papel Toalha Interfolhado (item 6), os 200 Dispensers para Papel Higiênico Interfolhado (item 29), os 100 Biombos Divisórias Hospitalares (item 18) e os 60 Hampers Inox para Roupa Suja (item 37) — envolvem materiais como aço inoxidável, plástico ABS reciclável, espuma de poliuretano e tecidos sintéticos, cujo descarte inadequado pode gerar passivos ambientais. Para esses itens, a Administração deverá exigir, quando aplicável, que os fornecedores apresentem declaração de conformidade com as normas de fabricação sustentável e que os materiais plásticos utilizados sejam recicláveis, em consonância com o art. 11, inciso IV, e o art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, que determinam a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas. A preferência por produtos com certificação ambiental reconhecida — como o Selo Verde da ABNT ou equivalente — deverá ser considerada como critério de desempate ou requisito de habilitação técnica complementar, sempre que houver disponibilidade de mercado que o suporte sem restrição à competitividade do certame.





No tocante à logística reversa, a Secretaria Municipal de Saúde deverá, por ocasião da substituição ou descarte dos equipamentos eletroeletrônicos adquiridos — como os Aparelhos de Eletrocardiograma (item 59, 5 unidades), os Dopplers Venosos Portáteis (item 31, 60 unidades), os Multinebulizadores Elétricos (item 46, 40 unidades), os Oxímetros de Pulso (item 49, 100 unidades), os Sonares com Indicador Digital (item 54, 100 unidades) e os Negatoscópios (item 47, 100 unidades) —, encaminhar os resíduos gerados a pontos de coleta credenciados ou fabricantes/importadores participantes de sistemas de logística reversa, conforme obrigação estabelecida no Decreto nº 10.240/2020. Os Abafadores de Ruídos Tipo Concha (item 66, 100 unidades), por envolverem componentes de espuma e plástico, e os Ressuscitadores Ambu (item 52, 80 unidades), fabricados em PVC, devem ter seu descarte orientado por protocolos de resíduos de serviços de saúde (RSS), nos termos da RDC ANVISA nº 222/2018 e da Resolução CONAMA nº 358/2005, quando houver contato com pacientes. A Administração deverá incluir nos instrumentos convocatórios cláusulas que responsabilizem os fornecedores pela disponibilização de informações técnicas sobre o descarte correto dos produtos fornecidos, contribuindo para a gestão ambientalmente responsável do ciclo de vida dos bens adquiridos com recursos públicos.

Quanto ao consumo energético, equipamentos como os Focos de Teto (item 35, 100 unidades), os Focos Auxiliares (item 34, 100 unidades) e os Focos Portáteis (item 36, 100 unidades) deverão, preferencialmente, utilizar tecnologia LED ou equivalente de baixo consumo, reduzindo o impacto ambiental decorrente do uso contínuo nas unidades de saúde. Da mesma forma, os Multinebulizadores Elétricos (item 46, 40 unidades) e os Aparelhos para Fototerapia Neonatal (item 60, 20 unidades) devem atender a padrões de eficiência energética compatíveis com os programas nacionais de conservação de energia, como o PROCEL, sempre que houver classificação disponível para a categoria do produto. A adoção dessas medidas, além de reduzir custos operacionais para a Administração ao longo da vida útil dos equipamentos, contribui diretamente para a diminuição da pegada de carbono das unidades de saúde municipais, alinhando a contratação às diretrizes de desenvolvimento sustentável previstas na Agenda 2030 da ONU e nas políticas públicas ambientais vigentes no âmbito federal e estadual.

## **10- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

### **10.1. Conclusão e Viabilidade da Contratação**

Os elementos técnicos consolidados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar demonstram, de forma inequívoca, a necessidade, a viabilidade e a conveniência da contratação

ora proposta. A demanda por materiais permanentes destinados às unidades de saúde do Município de Santa Inês/MA encontra-se devidamente fundamentada na insuficiência do estoque atual, no desgaste natural dos equipamentos em uso e na expansão dos serviços prestados à população, abrangendo desde itens de suporte operacional básico — como os 200 Suportes de Soro Inox Reguláveis (item 55), os 500 Colchões Hospitalares D33 (item 28) e os 200 Dispensers para Álcool Gel/Sabonete Líquido (item 5) — até equipamentos de alta complexidade clínica e cirúrgica, como os 30 Bisturís Eletrônicos BP 400 Plus (itens 3 e 19), as 10 Mesas Cirúrgicas (item 40), os 10 Berços Aquecidos Neonatais (item 62) e os 4 Aparelhos para Teste de Orelhinha — OTOREAD Interacoustics (item 64), cujo valor unitário alcança R\$ 39.283,33.

A solução estruturada — Pregão Eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços, com itens individualizados e especificações técnicas objetivas — mostrou-se a mais adequada ao perfil da demanda, ao porte do mercado fornecedor e às diretrizes de planejamento e economicidade impostas pela Lei nº 14.133/2021. A pesquisa de mercado confirmou a existência de fornecedores aptos a atender às especificações exigidas para todos os 66 itens, com preços compatíveis com os praticados no setor público, assegurando competitividade no certame e condições favoráveis à obtenção de propostas vantajosas para a Administração. A viabilidade orçamentária foi igualmente verificada, estando os recursos devidamente previstos no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício vigente, em conformidade com o art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Diante da regularidade técnica, jurídica e orçamentária apurada, manifesta-se conclusivamente pelo **prosseguimento do processo licitatório**, mediante a instauração de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com vistas à futura e eventual aquisição dos 66 itens de materiais permanentes descritos neste estudo. A contratação atende plenamente aos princípios da necessidade, da proporcionalidade, da eficiência e da economicidade, constituindo medida indispensável à manutenção da capacidade operacional das unidades de saúde do Município de Santa Inês/MA e à garantia da continuidade, da qualidade e da integralidade dos serviços públicos de saúde ofertados à população municipal.

Santa Inês/MA, 13 de abril de 2026.

## 11- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

### 11.1. Base Legal

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com o Decreto Federal nº 10.947/2022 e demais normas regulamentares aplicáveis, visando subsidiar o processo de contratação com as informações técnicas necessárias à tomada de decisão pela autoridade competente.

---

**Santa Inês - MA, 13/04/2026**

---

**Kilvia Mara de Alencar Cavalcante**

Membro da equipe de Planejamento de Contratações

CPF: 0\*\*, \*\*\*, \*\*3-01

*Elaborador do ETP*

---

**Ana Valéria Santos Araujo**

Secretária Municipal de Saúde

CPF: 0\*\*, \*\*\*, \*53-49

*Autoridade Competente*

*Documento elaborado nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 &#x2014; Processo Administrativo nº 22646/2026*

**ANEXO II**  
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026**

A Prefeitura Municipal de Santa Inês - MA, com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2024, publicada no ..... de ...../...../200..... processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Inês/MA, conforme especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação do X	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

A histagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.2.

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. **B A** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO (A) ..... E  
.....

Pelo presente contrato que celebram entre si, de um lado O Município de Santa Inês-MA, por intermédio da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, s/n, Centro, Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/MA e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATANTE e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Inês/MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Descrição do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTA L
1					

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;



1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **OU**

2.2 O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos contados a partir da data de assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (indicar o índice a

ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. A. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. A Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

11.3. Moratória de 20% ( vinte por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



12.4. A extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 A Registro que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Inês-MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato administrativo foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santa Inês- MA, xx, de xxxxxxxxxxxx de 2024

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-